

Catástrofe, retorno e resistência na Palestina após 07/10/2023

NINA GALVÃO

RESUMO: O artigo propõe uma reflexão sobre os acontecimentos de outubro de 2023 em Palestina/Israel a partir da imagem do *cartoon* Handala. Assumindo tratar-se de um momento de inflexão na história do chamado “conflito”, não se almeja desvendar o contexto, a explicação ou as motivações da ação do Hamas, e sim olhar para o impacto que tal evento pode ter sobre o imaginário político palestino e a resistência anticolonial ao sionismo.



PALAVRAS-CHAVE: Questão da Palestina. Colonialismo de povoamento. Temporalidade. Catástrofe. Direito de Retorno.

Catastrophe, return, and resistance in Palestine after 07/10/2023

ABSTRACT: This article reflects on the significance of the events of October of 2023 in Palestine/Israel through an image of the Palestinian cartoon Handala. Assuming it to be a pivotal moment in the history of the so-called “conflict,” the intention is not to unravel the context, explanation, or motivations behind Hamas’s actions. but to exam the impact such actions may have on Palestinian political imagination and the anticolonial resistance to Zionism.

KEYWORDS: Palestinian Question. Settler Colonialism. Temporalities. Catastrophe. Right of Return.

NINA GALVÃO

Mestre em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades (USP),
Doutoranda em História Social (UFRJ), pesquisadora do Azimute – Laboratório de Estudos Orientais (UFRJ).
E-mail: nina.f.c.galvao@gmail.com

DATA DE ENVIO: 02/02/2024

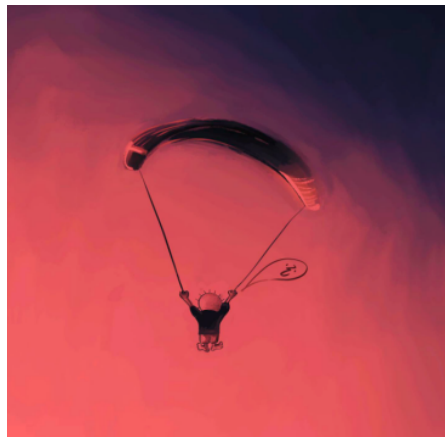
DATA DE APROVAÇÃO: 15/03/2024

1 Introdução

No dia 7 de outubro de 2023, militantes do Hamas romperam o bloqueio à Faixa de Gaza e adentraram o território israelense, realizando um ataque sem precedentes que deixou 1200 pessoas mortas, enquanto outras 240 foram feitas reféns. O acontecimento foi imediatamente seguido por uma ofensiva militar israelense à Faixa de Gaza igualmente inédita em sua escala, a qual segue em curso no momento desta escrita¹ e que já resultou na morte de quase 35 mil pessoas e no deslocamento forçado de mais de 85% da população do enclave.

Tais eventos motivam as reflexões propostas neste artigo, elaboradas a partir de uma imagem tão singela quanto potente, publicada no instagram pelo design gráfico palestino Nader Asmar no dia 7 de Outubro: a de Handala, personagem do cartunista Naji al-Ali, sobrevoando um céu vermelho-roxo de paraquedas – o meio de transporte utilizado por alguns dos combatentes do Hamas durante o ataque.

Figura 1 – Handala



Fonte: Nader Asmar/Instagram

1 A primeira versão do artigo foi escrita em janeiro de 2024, e a revisão concluída em abril do mesmo ano, quando o número de mortos em Gaza era contabilizado em 34 262 e o exército israelense preparava-se para invadir a cidade de Rafah, no sul do enclave.

A análise que proponho a seguir tem, naturalmente, muito de provisório, uma vez que nos encontramos no presente quase imediato dos acontecimentos, cujos desdobramentos e repercussões se estenderão ainda por muito tempo e são em larga medida imprevisíveis. A leitura que proponho a respeito de fatos tão recentes insere-se no contexto da minha pesquisa de doutorado em andamento, na qual busco compreender os modos como os palestinos articulam temporalidades em diferentes contextos, como vivem *o* e *no* tempo, um tempo que pareceu ser virado do avesso em outubro de 2023.

No primeiro momento, prevaleceu a estupefação diante de um acontecimento que foi imediatamente compreendido como um divisor de águas na história do chamado “conflito” entre israelenses e palestinos. Foi a primeira vez desde 1948 que Israel se viu combatendo uma incursão palestina dentro de suas fronteiras, e também a primeira vez em que palestinos conseguiram, ainda que brevemente, recuperar territórios perdidos na *Nakba*.²

A brutalidade das ações do Hamas, bem como da reação israelense, apareceu em primeiro plano nas discussões que se seguiram, acompanhadas de acalorados debates acerca do direito de defesa dos Estados, do direito à resistência dos oprimidos, da natureza do domínio israelense sobre a Palestina e da nomenclatura adequada para abordar a mais recente ofensiva contra Gaza, cuja escala de destruição torna-se mais difícil de expressar em números ou palavras a cada dia que passa.

Pouco se discutiu, no entanto, o significado profundo e o impacto que os acontecimentos de 7 de outubro de 2023 tiveram e poderão ter no imaginário político e na resistência anticolonial palestina – e que aparecem condensados na imagem que abre este artigo. As razões para a hesitação talvez residam num receio de que tais análises pudessem ser confundidas com elogios ou comemorações das brutais ações do Hamas e da morte de civis israelenses – um receio que pode ser aplacado a partir das

2 A palavra em árabe significa “catástrofe” e designa a expulsão de mais de 700 mil pessoas do território da Palestina entre 1947 e 1948 por ocasião da criação do Estado de Israel.

reflexões elaboradas logo nos primeiros dias após o choque dos acontecimentos pela filósofa Judith Butler (2023), a qual lembrou que contextualizar não é o mesmo que relativizar ou normalizar, e que “não obtemos uma justificação moral ou política para as ações do Hamas ao fazer referência à sua história” (BUTLER, 2023, p.2).

Ademais, se “certamente existem maneiras melhores e piores de empreender a necessidade de um movimento de resistência à ocupação colonial” (BUTLER, 2017, p.124), podemos rechaçar ou apoiar os métodos do Hamas sem deixar de considerar que “qualquer avaliação das estratégias palestinas teria de acontecer dentro do quadro da resistência política” (BUTLER, 2017, p.124). Ou seja, como oposição – nesse caso, brutal e violenta – ao domínio colonial. Desse modo, tentarei explorar os impactos duradouros que os eventos de 7 de outubro de 2023 podem ter no imaginário político palestino, tendo como ponto de partida a constatação de que a penetração de combatentes do Hamas em território israelense representou um retorno, ainda que fugaz, *realizado pela primeira vez pelos próprios palestinos*. Quer dizer, um retorno a territórios perdidos em 1948 que não lhes foi cedido, reconhecido ou negociado por intermédio de quaisquer órgãos ou instituições internacionais, agências da ONU ou resoluções de sua Assembleia Geral.

Proponho tomar estes acontecimentos inéditos como ponto de inflexão capaz de desvelar muitas das especificidades da disputa de temporalidade – do passado, do presente e do futuro – que ocorre *na catástrofe*, numa existência marcada pela dominação colonial. Há na Palestina uma disputa desigual em torno do passado, na qual o sionismo determina em larga medida tanto o atual como aquilo que passou, e o futuro que se abre diante de uma população vilipendiada precisa então romper com a continuidade esperada desse presente, reorientar-se no sentido de novas narrativas. Diante da realidade do colonialismo e da ocupação militar, em meio às expectativas frustradas de gerações de palestinos, o que se apresenta como campo de possibilidades para aqueles que são confrontados com o futuro hoje? É sobre essas questões que tentarei refletir a seguir, a partir da imagem de uma criança descalça atravessando um céu vermelho de paraquedas.

2 Colonialismo de povoamento e o tempo da catástrofe

O céu vermelho atravessado por Handala é o ar denso do colonialismo de povoamento, um campo de estudos que tem se consolidado como abordagem conceitual privilegiada para tratar da questão da Palestina. Adotá-lo como abordagem teórica e, portanto, como as lentes através das quais devemos olhar para os acontecimentos passados e presentes na Palestina significa, em primeiro lugar, recusar a ideia de um “conflito”, seja entre atores estatais ou entre movimentos nacionais “igualmente legítimos”,³ para explicar a situação na região e buscar uma solução justa para palestinos e judeus israelenses. Leva também, uma vez que “a eliminação é um princípio organizador da sociedade de colonização por povoamento” (WOLFE, 2006, p.388), à compreensão de que a transferência populacional forçada da população nativa da Palestina é uma premissa que guia o sionismo desde seus primeiros anos, informando tanto as elaborações teóricas dos seus líderes como as suas práticas e as do Estado que fundou.⁴

Autores que adotam o colonialismo de povoamento como paradigma são claros ao pontuar a sua premissa básica: “o colonialismo de povoamento destrói para substituir” (WOLFE, 2006, p.388). Vale dizer, o seu traço distintivo em contextos tão variáveis quanto as colonizações dos EUA, Canadá, Austrália e Palestina é a eliminação física e simbólica do nativo, pois o que se almeja é a implantação de uma nova sociedade de colonos no território, a qual procurará, ao mesmo tempo, tornar-se nativa e estabelecer-se como indígena.⁵ Tal movimento só poderá ser bem sucedido

3 O sionismo é tanto um movimento nacional como um empreendimento colonial, de modo que o Estado de Israel é produto da combinação de duas das formações políticas mais nocivas da contemporaneidade, o nacionalismo e o colonialismo. A transformação de um movimento de colonização por povoamento em um Estado nacional soberano não é única a Israel, mas a sua originalidade jaz na franqueza da sua concepção e existência como um nacionalismo étnico exclusivista.

4 É digno de nota que a caracterização do sionismo primordialmente como um movimento de colonização da terra da Palestina, que tanto parece chocar muitos dos seus apoiadores contemporâneos, seria encampada com orgulho por seus líderes do final do século XIX e primeira metade do século XX.

5 Uma vez que “a indigenização é fundamental para a normalização e a naturalização do colonialismo por povoamento” (HUBERMAN, 2020, p.57),

com o desaparecimento da população nativa, cujos traços da sua legítima conexão com a terra representarão sempre uma ameaça às reivindicações dos colonos.

O colonialismo de povoamento, portanto, nos permite situar o controle da terra e a demografia – duas marcantes obsessões do movimento sionista e de Israel – no centro da questão da Palestina, pois

Tal qual outros movimentos coloniais de povoamento, para o sionismo, o controle da terra é uma disputa de soma-zero travada contra a população indígena. A busca pelo controle do máximo de terras está no centro do movimento. A existência contínua dos palestinos, portanto, apresenta graves problemas para a conclusão do projeto sionista e, conseqüentemente, influencia as políticas estatais israelenses contra os palestinos dentro de Israel, nos Territórios Ocupados e no exílio (SALAMANCA, O.S et al, 2012, p.1).

Diante de uma população de colonos que vieram para ficar, os palestinos tornaram-se uma presença não apenas incômoda, mas que *não pode ser*. Muito se fala a respeito da franqueza com que os primeiros líderes sionistas admitiam a existência palestina e sua presença no território, ao mesmo tempo em que proclamavam ter encontrado “uma terra sem povo para um povo sem terra”. O aparente paradoxo não se resolve apenas com a constatação de que, em pleno acordo com a mentalidade europeia e imperialista da época, os habitantes nativos da Palestina não contavam como seres humanos dignos de reconhecimento diante dos pioneiros sionistas. É preciso ter em mente que a admissão da existência palestina respondia a questões práticas e urgentes, quer dizer, ao fato de que era preciso lidar com toda aquela gente e com a sua ostensiva presença, e por isso era necessário falar a seu respeito. O slogan sionista, portanto, “provou ser mais uma afirmação performativa do que descritiva” (LLOYD, 2012, p.66), prescrevendo a solução a ser aplicada diante de um problema urgente. Tão logo a limpeza étnica do território que se tornou Israel foi

compreende-se facilmente os notáveis esforços do movimento sionista para judaizar o território da Palestina, ao mesmo tempo em que buscou apagar dele os traços da presença palestina, tanto no passado como no presente.

praticamente concluída,⁶ o “reconhecimento” da presença palestina tanto no presente como no passado foi abandonado, substituído pelo empenho na judaização do território e no apagamento de quaisquer traços de uma herança nativa.

A identificação de uma lógica de eliminação intrínseca ao colonialismo de povoamento, ou seja, que constitui uma estrutura e não um acontecimento pontual (WOLFE, 2006, 1999), ajuda também a compreender os múltiplos sentidos e temporalidades da *Nakba*, a catástrofe palestina. A *Nakba* foi o acontecimento chave do longo processo de colonização sionista da Palestina Histórica, o ápice dos esforços mobilizados para a alienação dos seus habitantes nativos e a transformação dos traços da sua presença no território em uma conspícua ausência. A adoção do paradigma da colonização por povoamento permite expandir os seus significados para além de um momento circunscrito no passado, e compreender por que os palestinos fazem sempre referência a uma “*ongoing Nakba*”, expressão traduzível como *Nakba* permanente, ou melhor, cotidiana.

O tempo palestino é contado em catástrofes. Em uma sucessão de episódios de violência e despossessão que aprofundam a dominação colonial a que a comunidade está submetida e cujo evento central é a *Nakba* – o momento de criação de Israel e a expulsão de centenas de milhares de palestinos para fora das fronteiras do novo Estado, dos limites de uma estrutura jurídica de pertencimento que poderia garantir o que consideramos, no mundo contemporâneo, direitos civis e políticos fundamentais. A profundidade e a multiplicidade das fraturas provocadas pela *Nakba* no tecido social palestino não podem ser subestimadas, de modo que a catástrofe é muitas coisas ao mesmo tempo: evento traumático, experiência herdada transgeracional, referencial histórico e uma *permanência*, uma vez que a colonização por povoamento “se perpetuaria enquanto um processo sempre inacabado” (HUBERMAN,

6 Quando o território do que se tornou Israel foi majoritariamente esvaziado da sua população palestina, aqueles que conseguiram permanecer dentro das suas fronteiras durante os anos de 1947/48 eram em torno de 150 mil habitantes nativos da Palestina histórica, constituindo à época cerca de 20% da população do Estado recém criado – proporção que se mantém basicamente a mesma até hoje.

2020, p.57). A *Nakba* cotidiana que subjaz às *Nakbas* excepcionais e pontuais das grandes catástrofes – a fundação de Israel, a Guerra de 1967, os Acordos de Oslo – contorna uma existência na qual sentimentos associados à uma repetição previsível coexistem com a ansiedade da antecipação de algo excepcionalmente ruim sempre à espreita.

A continuidade da *Nakba* não apenas denuncia a natureza colonial da dominação sionista do território como desvela uma das marcas distintivas da temporalidade do colonialismo, apontada por Frantz Fanon (1994) em sua obra dedicada ao quinto ano da revolução argelina: a suposição dos colonizadores de que o seu domínio sobre o território e seus habitantes nativos se prologaria em uma eternidade indefinida. A relação colonial é uma relação temporal, na medida em que o controle não se exerce somente sobre o território, mas também sobre a percepção nativa da realidade, de suas experiências passadas e suas aspirações futuras. À descolonização radical que, segundo Fanon, implica também uma descolonização da consciência dos nativos, corresponderia uma descolonização do tempo, do horizonte de expectativas, do campo daquilo que se vislumbra possível. Uma vez que o sucesso da empreitada sionista significou para os palestinos a catástrofe, há uma disputa pela temporalidade que ocorre *no interior da catástrofe*, e “imaginar um futuro para além dela é, portanto, um ato rebelde e radical” (HAWARI, 2020).

Se a temporalidade sionista se projeta indefinidamente no futuro, ela se revela no presente de uma *Nakba* que segue em andamento, que é iterativa e cumulativa na variabilidade das suas manifestações: cada demolição de casa, prisão administrativa, oliveira arrancada, cada novo episódio de despossessão colonial é vivido como uma reencenação, como micro-catástrofes pontuando o enredo da Grande *Nakba* que contorna a existência palestina. Essa repetição, ao mesmo tempo em que denota a persistência do domínio colonial e a devastação das suas consequências, explicita também o fracasso da empreitada sionista, que não pôde realizar plenamente a instituição de uma esmagadora maioria judaica no território da Palestina devido à resistência da população nativa que insiste em permanecer.

Como a violência colonial nunca deixará de encontrar oposição entre a população nativa, que não se deixa apagar, o próprio processo de substituição “mantém a marca resistente da contra-reivindicação nativa” (WOLFE, 2006, p. 389). Vale dizer, a presença daqueles que não se sujeitam é reafirmada e inscrita no território pelo próprio ato que pretende eliminá-la. Nesse sentido, o colonialismo de povoamento não é apenas um quadro interpretativo descritivo, mas pode ser central para a construção de um movimento de resistência e de uma academia implicada e responsável ao nos manter alertas. Pois é precisamente a perpetuidade aparente da dominação colonial, apontada por Fanon, que faz da ideia de “*Nakba* permanente” uma armadilha. Formulado como uma denúncia da persistência dos mecanismos de expropriação colonial que não cessaram de operar em nenhum momento ao longo de mais de sete décadas, o conceito pode tornar-se uma assimilação do tempo imposto pelo colonizador.

Vale dizer, a catástrofe *permanente* é aquilo que completaria o projeto sionista de eliminação, pois encerra qualquer perspectiva de um futuro não-catastrofizado, ou seja, descolonizado. Ela se perpetuará enquanto perdurar a dominação colonial sionista na Palestina, e é por isso que a relação dos palestinos com a *Nakba*, seja como evento traumático ou enquanto violência cotidiana, é sempre atravessada por ambivalências e contradições. A memória do passado que não passou resiste aos esforços de cristalização de um sentido único na medida em que os palestinos vivendo nas mais diferentes circunstâncias criam uma miríade de maneiras de tematizar a catástrofe sem deixar-se aprisionar por ela, vale dizer, sem ceder à colonização do tempo e aos esforços que procuram forjar uma realidade na qual a *Nakba* seja de fato permanente.

Retornando à imagem que guia essas reflexões, a criança palestina refugiada, espoliada de qualquer direito à sua terra pelo domínio colonial e temporalmente aprisionada em um horizonte futuro no qual a *Nakba* é permanente – uma criança impedida de crescer, de experienciar plenamente a vida –, é a própria representação da catástrofe. E é também quem rompe com o *status quo* que parecia cristalizado no eterno retorno da *Nakba*, no domínio colonial normalizado.

3 Os acordos de Oslo e a catastrofização do tempo

Não é possível compreender os acontecimentos de 7 de outubro de 2023 sem olharmos para o desmoronamento daquele que foi, para quase todos os espectadores à época, a maior aposta em uma solução justa para Palestina/Israel. O problema da normalização da *Nakba*, do aceite, tácito ou explícito, da catástrofe como realidade definitiva, tornou-se mais agudo a partir da assinatura dos Acordos de Oslo no início da década de 1990. O seu fracasso retumbante, bem como do “processo de paz” que os produziu, não apenas significou a queda da chamada “solução de dois Estados”, mas instituiu uma nova realidade no território da Palestina cujas repercussões foram devastadoras para a sua população nativa. Ao descrever as muitas coisas que desapareciam para os palestinos em meados da década de 1990, Geraldo de Campos (2019, p.80, grifo nosso) afirma que

Desaparecia um horizonte de resistência armada, desaparecia a constituição de um movimento revolucionário autônomo, desaparecia a perspectiva de que o direito ao retorno seria concedido, desaparecia a força das lideranças com seu papel de conciliação, desapareciam as pautas tradicionais do movimento nacional palestino nas negociações de Oslo. Mas, sobretudo, o território palestino desaparecia cada vez mais. Nesta encruzilhada de desaparecimentos, *sumia também um tempo histórico*.

Os documentos assinados em 1993 não representaram a superação das estruturas coloniais de exploração impostas sobre os palestinos, mas tão somente sua acomodação em um arranjo institucional mais adequado e palatável ao cenário geopolítico do final do século XX. Passados mais de trinta anos de sua assinatura, é patente que os Acordos de Oslo tornaram os palestinos cada vez mais reféns da “interminável indústria do diálogo do ‘processo de paz’” (LLOYD, 2012, p. 71),⁷ obrigados a ceder mais

7 A principal vantagem de um *processo* de paz é que ele pode durar para sempre, arrastando-se por tempo indeterminado sem que jamais se alcance qualquer coisa parecida com uma paz – ao menos, a paz justa almejada pelos palestinos. Quer dizer, o “processo” tornou-se a parte mais importante do “processo de paz”.

em suas reivindicações para conquistar cada vez menos em uma “negociação” que reforçou, em todos os seus momentos-chave, a assimetria de poder entre as partes. Graças às premissas que ajudou a confundir – disseminando e sedimentando, por exemplo, a percepção de que a Palestina já é “praticamente” um Estado independente –, Oslo significou um triunfo material e discursivo ímpar para Israel, contribuindo para a normalização da dominação colonial.

Toda a retórica e a linguagem que acompanharam o chamado processo de paz produziram um simulacro de independência e um discurso sobre o tempo que começou por estipular um horizonte de expectativas para a emancipação palestina muito específico, o qual não passaria mais pela resistência e pela oposição anti-colonial e sim pela consolidação de uma modernidade capitalista desenvolvimentista. Conforme apontam Da’na (2019), Haddad (2016) e Huberman (2020), entre outros, as agendas e estruturas dos programas de construção da paz e do Estado, inerentes ao processo de Oslo, articularam-se às políticas econômicas neoliberais prescritas por agências internacionais de fomento ao desenvolvimento palestino, normalmente como requisitos ou condicionantes à ajuda internacional da qual o simulacro de governo da Autoridade Nacional Palestina passou a depender cada vez mais.

Por outro lado, um dos impactos mais nocivos dos Acordos talvez tenha sido não aquele que diz respeito ao modo como o mundo passou a compreender a situação na Palestina, e sim como os palestinos passaram a enxergar a si mesmos e as possibilidades que se abriam diante deles para sua emancipação política. A lógica do gradualismo que ditou todo o processo de paz carrega uma temporalidade radicalmente distinta daquela de uma revolução ou de qualquer rompimento brusco e definitivo com as estruturas de dominação colonial existentes, de modo que uma das consequências mais graves desse processualismo e da encenação de construção de um Estado foi uma profunda desmobilização política.

Além de suas muitas promessas não cumpridas, a experiência de Oslo marcou o modo palestino de viver no tempo ao institucionalizar os arranjos espaciais e administrativos no interior dos quais desenrola-se o seu presente hoje, e teve efeitos profundos sobre

os horizontes de expectativa palestinos formulados desde então. Os parâmetros ali fixados empurraram para um futuro continuamente prorrogável e adiado a decisão final sobre muitos pontos centrais, como o *status* de Jerusalém, os assentamentos judaicos nos Territórios Palestinos Ocupados (TPO) e, acima de tudo, a questão dos refugiados e do seu direito de retorno aos territórios que foram obrigados a deixar de 1948 em diante. Ou seja, ao suprimir qualquer reconhecimento da catástrofe que é, como vimos, o próprio domínio colonial, deslocou-se a origem dos problemas para a ocupação militar da Cisjordânia e da Faixa de Gaza iniciada em 1967, removeu-se a *Nakba* enquanto fundamento e o direito de retorno como reivindicação legítima dos palestinos, e consolidou-se uma temporalidade vivida cuja marca paradoxal é a provisoriidade permanente. O pseudo-Estado palestino criado a partir de 1993 cristalizou o que deveria ser temporário em um regime que corrobora e normaliza a espoliação colonial da terra através de uma segregação espacial que aprofundou as divisões entre comunidades palestinas, as quais passaram a viver sob uma gama de regimes administrativos diferentes.

Tal fragmentação resultou da divisão não apenas entre Israel e os Territórios Palestinos Ocupados, mas da subdivisão dos TPO entre Gaza e a Cisjordânia e desta em áreas A, B C, sob distintos regimes administrativos que contribuem para a pulverização dos palestinos em uma infinidade de interesses políticos específicos, como a “questão de Jerusalém”, a “questão de Gaza” e a “questão dos refugiados”, com a consequente divisão da luta anticolonial e a diluição da força dos horizontes coletivos de emancipação.

A multiplicidade das perdas geradas por Oslo não pode, portanto, ser menosprezada. É no cruzamento entre a fragmentação ainda maior do tecido social e do território com a destruição de um horizonte de expectativas consolidado em torno da aspiração à soberania nacional que podemos compreender esse momento como ponto de inflexão na constituição de uma temporalidade palestina. Nesse sentido, volto à ideia de normalização como um de seus principais efeitos. A palavra, muito em voga nas análises contemporâneas da situação na região, adquiriu sentido *com e a partir* de Oslo, que normalizou a perda quase total do território, a

fratura da identidade coletiva da sua população nativa e a expulsão de boa parte da comunidade do corpo político. Temporalmente, a normalização significa derramar o colonialismo sobre o passado e o futuro, construindo uma realidade na qual pressupõe-se que o domínio colonial será eterno e definitivo, um futuro de permanência da *Nakba*.

A catástrofe cotidianamente encenada participa do que o filósofo israelense Adi Opher (2011, 2010) descreve como *catastrofização* discursiva, um processo que, eu argumento, é também uma expressão da normalização do aparato colonial de dominação. A catastrofização corresponde à produção deliberada e controlada da catástrofe de modo a mantê-la em níveis manejáveis, a operação por meio da qual Israel mantém “a limpeza étnica ocorrendo em intensidade muito baixa, não elevada o suficiente para chamar a atenção do mundo” (KHALIDI, 2023) e os habitantes dos TPO em um permanente limiar da catástrofe humanitária propriamente dita. A catastrofização que nunca alcança a catástrofe de fato faz da suspensão temporal “uma estrutura básica do regime de ocupação israelense” (OPHIR, 2010, p.61), a qual pode também ser traduzida no que Geraldo de Campos (2019, p. 85) caracteriza como uma “temporalidade de latência”, bem como de “iminência”. A estrutura de violência a que estão sujeitos os palestinos, especialmente aqueles vivendo nos TPO, coloca-os em um estado de tensão permanente, pois *tudo* pode acontecer a *qualquer* momento.

A catastrofização, portanto, organiza o campo discursivo e as possibilidades de intervenção de uma série de agentes que atuam no território. Nesse contexto, o regime administrativo do espaço e do movimento palestino que produz e naturaliza a catástrofe como um “fenômeno social crônico” (OPHIR, 2011, p.96) permanece intacto, enquanto o Estado de Israel pode até apresentar-se como um agente remediador da situação que ele próprio engendra através de “gestos humanitários” ocasionais, como a recepção em hospitais israelenses de palestinos feridos em Gaza por bombardeios... israelenses. Tal estado de coisas, por sua vez, coaduna-se perfeitamente com o processo de abertura dos territórios palestinos a um verdadeiro mercado de ONGs e instituições

internacionais que coordenam e organizam essa dança um tanto macabra. Assim,

Várias organizações humanitárias, agências da ONU, delegados especiais da União Europeia e outros diplomatas prontamente se colocam como uma barreira entre a máquina catastrofizante da ocupação e a própria catástrofe. Eles ajudam Israel a suspender a catástrofe 'real' enquanto catastrofiza os Territórios Palestinos Ocupados. A própria suspensão tornou-se parte da máquina da catastrofização, e a catástrofe suspensa tornou-se um elemento essencial da máquina do governo israelense. (OPHIR, 2010, p. 56).

Em nenhuma área da Palestina esse mecanismo é tão claro quanto em Gaza, o território de onde partiram Handala e os combatentes do Hamas, provavelmente a região mais catastrofizada da Palestina. O anúncio recorrente de um colapso iminente – do abastecimento de água e eletricidade, da rede de assistência social, do emprego, etc – antecedeu em muito os acontecimentos de 2023 e agora, diante da destruição sem precedentes promovida por Israel, os organismos e instituições usualmente responsáveis por tais alertas parecem desprovidos de palavras que possam expressar satisfatoriamente o estado de coisas no território.

Até pouco tempo, Israel administrava a ocupação militar da Faixa de Gaza do mesmo modo que fazia na Cisjordânia. Em 2005, decidiu retirar os colonos judeus que lá viviam, por razões derivadas da premissa colonialista de buscar sempre a maior quantidade de terras com o menor número possível de palestinos vivendo nelas. Com apenas 365 quilômetros quadrados e habitada por mais de 2 milhões de palestinos – uma das maiores densidades populacionais do mundo – manter o controle direto da região simplesmente não parecia valer à pena.⁸

8 Se combinarmos todos os TPO com Israel, judeus e palestinos estão aproximadamente em equilíbrio. E mesmo ao restringir o cálculo a Israel e à Cisjordânia, excluindo a significativa população palestina de Gaza, a maioria judaica fica em 59%, uma margem muito insatisfatória para as autoridades israelenses.

Pouco depois da retirada dos colonos israelenses, o Hamas venceu as eleições legislativas para o parlamento palestino e, após entrar em conflito com o Fatah, assumiu o controle da Faixa de Gaza. Foi o que propiciou a Israel o argumento necessário para declarar a área um “território hostil”, implementando desde então um bloqueio terrestre, aéreo e marítimo que fez com que a Faixa passasse a ser descrita com frequência como a maior prisão a céu aberto do mundo. Apesar do chamado “desengajamento” e da ascensão do Hamas, Israel permanece a autoridade máxima sobre os destinos da população palestina do enclave, controlando o movimento de pessoas e mercadorias para dentro e para fora – a fronteira sul, em Rafah, também tem o movimento significativamente restrito pelo Egito. Israel controla toda a infraestrutura da qual Gaza depende, desde as linhas elétricas, o cabo submarino por onde são feitas as chamadas telefônicas, a rede que fornece internet e até as frequências atribuídas às empresas de telefonia celular palestinas, além de manter uma política de separação entre as duas partes dos TPO que impede quase completamente o trânsito entre Gaza e a Cisjordânia.

O bloqueio israelense, em vigor desde 2007, somado ao uso periódico de força militar avassaladora – a ofensiva atual é a quinta desde 2008 – fizeram o território ser descrito incontáveis vezes por organizações internacionais e pela própria ONU como “praticamente inabitável”. A retórica é distintamente catastrofizante, uma vez que a Faixa permanece, não obstante, habitada por mais de 2 milhões de pessoas, a maioria esmagadora das quais depende de ajuda humanitária para sobreviver. Em 2008, autoridades israelenses chegaram a calcular o número mínimo de calorias por pessoa necessário para os residentes de Gaza evitarem a desnutrição, e oficiais israelenses afirmaram que pretendiam manter a economia de Gaza “à beira do colapso” (ISRAEL, 2012), ou seja, devidamente catastrofizada.

O estado de permanente emergência humanitária, que nada mais é do que “uma catástrofe mensurável e governável” (OPHIR, 2011, p.96), parece viver agora um momento de suspensão. A atual investida sobre o território em muito excede a escala de qualquer ofensiva anterior, tanto em relação ao número de vítimas

e destruição material quanto no discurso mobilizado pelas autoridades israelenses, as quais não parecem inclinadas, a despeito dos apelos até mesmo de aliados indispensáveis como os EUA, a permitir o retorno ao violento equilíbrio que vigorava até o fim de 2023. Ao mesmo tempo em que assistimos, nos últimos meses, a uma perfeita demonstração do funcionamento da catastrofização discursiva, com governos e agências internacionais fazendo malabarismos com as palavras para tentar descrever a situação em Gaza como simultaneamente “à beira do colapso” e já “irreparável”, os limites da catástrofe propriamente dita parecem cada vez mais próximos.

Não é à toa que proliferam imagens comparando a situação dos habitantes de Gaza com a *Nakba* de 1948. A atual ofensiva israelense já provocou o deslocamento forçado de mais de 85% da população do enclave, na medida em que o exército determinou que os habitantes partam cada vez mais para o sul enquanto autoridades em Israel declaram a intenção de mudar para sempre a realidade no território, chegando a sugerir abertamente a transferência de toda a população para a península do Sinai. Nesse sentido, Israel já não parece, ao menos em relação à Faixa de Gaza, tão interessado na catastrofização discursiva, e é cabível nos perguntarmos se a situação não se aproxima do pior dos cenários, qual seja, o de “uma catástrofe sem recuperação, uma catástrofe fora da capacidade do poder soberano de contê-la” (OPHIR, 2011, p.108).

Se assistimos a um esforço da parte de muitos atores para retornar Gaza a um *status quo* – certamente ainda mais calamitoso que o anterior, mas ainda assim manejável – será preciso esperar para descobrirmos se esse retorno se concretizará, ou se o limiar da catástrofe terá sido definitivamente rompido, tanto do ponto de vista da violência colonial como da resistência anticolonial, deixando a todos sem resposta. O equilíbrio violento que vigorava até pouco tempo era insustentável para qualquer observador que não se fiasse na fantasia da eternidade do domínio colonial, quer dizer, na crença de que mais de dois milhões de pessoas aceitariam ser privadas, por tempo indeterminado, de quaisquer direitos fundamentais, aguardando a sua vez de morrer de fome enquanto *raves* eram organizadas a poucos quilômetros de distância.

Tal crença exigiria um alto grau de delírio ou cegueira deliberada, ademais, diante das evidências de uma contundente oposição palestina, especialmente nos últimos anos e entre os habitantes da Faixa de Gaza. Lembremo-nos, por exemplo, da Intifada da Unidade em 2021 e na Grande Marcha do Retorno de 2018, quando palestinos vivendo em diferentes países da região marcharam pacificamente em direção a Israel. Em Gaza, muitos pagaram com a vida enquanto vislumbravam a poucos quilômetros de distância as terras de onde seus antepassados foram expulsos em 1948 e às quais sonhavam retornar.⁹ Foram nessas terras que os militantes do Hamas penetraram, e é portanto sobre a realização prática do retorno que eludiu os palestinos por mais de sete décadas que refletirei a seguir.

4 Handala e o retorno do futuro palestino

Os acontecimentos recentes desvelaram a farsa sob a qual aprofundou-se o domínio colonial sionista nas últimas décadas e selaram o descrédito de muitas das “soluções” ventiladas para a questão da Palestina. Se o sionismo desejava que Gaza – na verdade, todos os palestinos – simplesmente sumisse, como de fato parecia ter sido apagada da consciência coletiva israelense, os palestinos recusaram-se a desaparecer. Por outro lado, enquanto visão de futuro, o fracasso dos Acordos de Oslo em promover qualquer coisa que se assemelhasse a uma paz justa na região deixou claro que a descolonização precisava preceder quaisquer esforços de “construção do Estado”, e que a “paz” ali proposta significaria a permanência e a repetição da *Nakba*.

Entre os palestinos, tal compreensão já se fortalece há algum tempo, e é notável, especialmente entre os mais jovens, um impulso criativo em busca de novos caminhos e anseios que se distanciam da conquista de um Estado soberano como objetivo primordial. Iniciativas recentes, como o movimento internacional

9 Mais de 80% da população de Gaza é composta por refugiados, e a maior parte dos que se instalaram ali em 1948-1949 foram expulsos de vilarejos no sul do que se tornou Israel.

pelo Boicote, Desinvestimento e Sanções a Israel (BDS) e a Intifada da Unidade em 2021, bem como a resistência cultural expressa na produção de toda uma nova geração de artistas palestinos nos TPO, em Israel e na diáspora, se debruçam não sobre debates em torno de um ou dois Estados, mas sobre o questionamento dos mecanismos de dominação colonial que operam na Palestina e de que maneira será possível derrubá-los, subvertê-los e neutralizá-los. Os palestinos veem-se hoje diante de um futuro que ou se fecha definitivamente na repetição da catástrofe, ou se abre para novas imagens da emancipação política. Como podemos, então, vislumbrar a abertura para um outro futuro a partir da imagem de uma criança descendo de paraquedas sobre o território israelense?

Essa criança é Handala, personagem icônico do cartunista Naji Al-Ali. O menino que está sempre descalço e vestindo roupas maltrapilhas pode ser reconhecido em toda a Palestina, onde aparece representado em cartazes, grafites e até mesmo souvenirs. Indiscutível símbolo nacional, Handala encarna a resistência palestina e, especificamente, a luta pelo direito de retorno dos refugiados e deslocados internos. Al-Ali era ele próprio um refugiado, expulso do vilarejo de Al-Shajara, na Galileia, durante a *Nakba*. Handala representa, portanto, seu próprio criador, que declarou que o menino tinha a idade congelada de dez anos, a mesma de Al-Ali quando foi para o exílio, e que só voltaria a crescer quando pudesse retornar à sua terra natal.

Esse é também o motivo pelo qual o personagem passou a ser sempre representado de costas a partir de 1973. Após a Guerra do Yom Kippur naquele ano, com o aumento da pressão por um acordo entre os Estados árabes e Israel, Naji Al-Ali indignou-se com os termos usualmente propostos por atores externos para a paz na região, os quais nunca incluíam o direito de retorno palestino, e passou a desenhar Handala dando as costas ao mundo que uma vez mais dava as costas aos palestinos.

O personagem representa tanto uma palestinidadade marcada pela expropriação histórica quanto cada palestino individualmente, e em especial as crianças refugiadas cujas possibilidades existenciais são tolhidas desde o nascimento. A imagem sobre a qual me debruço representa também, por óbvio, os combatentes

do Hamas que aterrissaram de paraquedas em solo israelense, ou seja, o retorno através da conquista, da resistência anticolonial violenta, ao território perdido em 1948.

A luta pelo retorno encontra-se no centro da resistência palestina pois significa o rompimento da *Nakba* e da permanência da catástrofe, e não apenas enquanto reparação histórica. É o que coloca os palestinos diante do impasse entre um futuro que recorre à repetição de modelos já aventados e outro que se abre para novos modos de ser no território. Há um sentido, ou ao menos a potência de um sentido, inscrito no retorno como expectativa que extrapola a realidade das normas, convenções e resoluções internacionais que supostamente deveriam garanti-lo¹⁰ mas que nunca tiveram qualquer sucesso em realizá-lo. O seu sentido comunitário, o princípio de igualdade e de reivindicação ampla de direitos que enuncia, que não se rende à mera retórica e reitera um compromisso prático, explícito, propositivo e ativo com a descolonização da Palestina, representa também o contraponto à instituição de um Estado-nação no território nos moldes realizados pelo sionismo.

Assim como a experiência da *Nakba* revela a violência inscrita no duplo movimento de colonização da terra e fundação do Estado de Israel, a recusa do direito de retorno dos palestinos excluídos dessa nova estrutura de pertencimento é a condição *sine qua non* da existência do país como uma etnocracia, na qual apenas uma parcela dos habitantes do território tem direito a ter direitos. O retorno dos refugiados e deslocados internos é o que o sionismo não poderá jamais sequer considerar, pois significaria o desmantelamento dos pressupostos da dominação colonial: a retomada da terra pela população nativa e o restabelecimento de uma maioria demográfica palestina. É por isso, acredito, que o retorno realizado em 7 de outubro de 2023 não pode ser menosprezado.

O retorno, portanto, encapsula a luta pela descolonização da Palestina, e pode apontar para um futuro radicalmente distinto, de

10 O reconhecimento formal do Direito de Retorno dos refugiados palestinos foi repetidamente reafirmado e reiterado por uma série de resoluções da Assembleia Geral da ONU (a mais famosa dentre elas, a Resolução 194), do Conselho de Segurança e de outros organismos internacionais.

abolição das relações de soberania ao invés da sua reafirmação por meio de um novo ordenamento hierárquico. Hannah Arendt já apontava, em *Origens do Totalitarismo* (2012), para a falência do Estado-nação enquanto estrutura política garantidora de direitos, ressaltando que este estaria sempre fadado a produzir excluídos entre aqueles que são jogados para além das linhas do pertencimento nacional, dos quais os refugiados seriam o mais visível exemplo. Se todos devem ter o direito de pertencer, como argumenta Judith Butler (2017) na obra que dedica a uma crítica contundente do sionismo, e se concordarmos também que ninguém tem o direito de escolher com quem deseja compartilhar o mundo e tampouco de decidir quem pode viver e quem precisa morrer, uma nova e consistente política para a questão dos refugiados é indissociável da criação de uma verdadeira coabitação¹¹ entre judeus e palestinos.

Os refugiados representam, no mundo contemporâneo, os restos dos processos de constituição dos Estados. São aqueles que não cabem e não pertencem, a síntese tanto da catástrofe colonial como da soberania nacional e das produções subjetivas que as acompanham: vidas descartáveis, fronteiras intransponíveis. Handala, que é a encarnação da catástrofe palestina em uma criança que não cresce nunca, cuja vida é interrompida desde o nascimento e que vive suspensa no tempo da espera, dá as costas para o mundo, para a ONU e suas inócuas resoluções, para o grande mercado da ajuda humanitária que movimenta milhões de dólares com o sofrimento palestino. Esconde seu rosto de um mundo que de toda forma não queria enxergá-lo, pois o rosto reconhecível é, como lembra Butler em sua leitura de Lévinas, o signo do *enlutável*, de uma pessoa digna de luto.

Insistirei neste ponto por considerar que a interpretação de Butler da filosofia ética de Lévinas permite uma compreensão profunda da principal característica de Handala, qual seja, sua face

11 Coabitação, aqui, tem o sentido de um direito mútuo ao pertencimento, em oposição à política exclusivista e colonialista que agora vigora através da dupla determinação do retorno judaico irrestrito, garantido pela Lei do Retorno israelense, e do retorno palestino completamente impedido

oculta. Para Lévinas, cada um de nós tem a obrigação de responder a uma demanda ética que nos é posta não a partir de nós mesmos, mas de fora. É o rosto do outro que faz essa exigência, que é “a dimensão da vida humana que carrega sua vulnerabilidade e impõe uma obrigação ética a quem ele se mostra” (BUTLER, 2017, p.19). Em Lévinas, é o reconhecimento de um rosto que não é o meu que me confronta com um outro ao qual preciso responder. O fato de não ter um rosto visível faz de Handala a representação desse outro que não é reconhecido – por Israel, mas também pelo mundo em geral – como vulnerável, como alguém cuja vida deve ser protegida e não atacada.

Butler, por sua vez, argumenta que a proposta ética de Lévinas só faz sentido quando inserida em um contexto político que advogue pelo princípio do luto igualitário para todas as vidas. Em outras palavras, a filósofa levanta a necessidade de descompartmentalizar o luto, instando-nos a considerar vidas para além daquelas que participam do nosso próprio grupo e a enxergar o rosto não apenas das *nossas* vítimas, mas de todas. Nas palavras da autora,

Se apenas certas populações são consideradas dignas do lamento e outras não, lamentar-se abertamente por uma série de perdas torna-se o instrumento de negação de outra série de perdas. Se os judeus só lamentam a perda de judeus nos conflitos no Oriente Médio, então afirmam que somente os que pertencem à sua religião ou nação são dignos de luto. Essa forma de diferenciação entre populações valiosas e não valiosas não é apenas o resultado de conflitos violentos; ela também dá a condição epistemológica para o próprio conflito. Ouvimos repetidas vezes no discurso público israelense que uma única vida israelense vale mais do que inúmeras vidas palestinas (BUTLER, 2017, p.30).

Vimos escancarado, nos dias e meses que se seguiram ao ataque do Hamas, o princípio oposto ao defendido por Butler, ou seja, o da dignificação absolutamente distinta das vidas perdidas. É notável, tanto nos meios de comunicação como nos pronunciamentos de autoridades e na sensibilização do público geral, ao

menos no ocidente, como as vidas palestinas parecem simplesmente não contar tanto quanto as israelenses.

O retorno de Handala é um chamado à capacidade ética de universalizar o próprio sofrimento e uma demanda por justiça, a qual pode levar a novas formas de abarcar a diferença numa direção distinta daquela postulada pelo nacionalismo étnico exclusivista. Handala, com sua face oculta, é ao mesmo tempo profundamente palestino e a representação de toda criança que já foi atirada no exílio forçado. É a denúncia da expropriação e da injustiça e a expressão de uma potência política singular inscrita em uma compreensão des-identificada da perda e do exílio. Naji al-Ali dizia que ele mostraria sua face quando fosse permitido aos palestinos retornarem, mas não devemos compreender esse retorno como um retorno a uma nova identidade exclusivista. Na medida em que for instaurado por uma descolonização radical e um desmantelamento da soberania judaica e das estruturas etnocráticas de pertencimento que controlam o território desde 1948, o retorno pode apontar para uma novidade política.

Desse modo, a volta de Handala não representa uma promessa apenas para os palestinos, mas para todas as pessoas que viverão naquele espaço e que terão um rosto cognoscível. Não o rosto que expressa uma identidade entrincheirada, mas o rosto ao qual responde-se com um compromisso ético. Ao contrário do retorno materializado na legislação israelense, que permite a nacionalização irrestrita de qualquer judeu do mundo enquanto fecha as portas para os refugiados palestinos, este teria a potência de incorporar as duas diásporas em uma verdadeira coabitação.

5 Considerações finais

A operação do Hamas representou muitos retornos para os palestinos, não importa onde estejam. Rompeu com um *status quo* de normalização, com uma *Nakba* cotidiana que se naturalizava mesmo entre estudiosos e apoiadores da causa palestina. Suspendeu, diante de protestos populares massivos que há décadas não se viam na região, qualquer movimento de normalização

dos países árabes com Israel,¹² reposicionando a questão da Palestina no centro da política regional como um tema árabe. Representou também, a despeito da enxurrada de imagens de destroços e corpos brutalizados cobertos de cinzas que são diariamente veiculadas há meses, um retorno de Gaza como *locus* de resistência, como a linha de frente da oposição anticolonial, e não apenas um espaço de destruição e vitimização.

Acima de tudo, assistimos ainda que brevemente ao retorno inédito, realizado pelos próprios palestinos, a territórios de onde haviam sido expulsos em 1948. Se a efetivação do direito de retorno significa o rompimento com as estruturas de dominação colonial na Palestina, é preciso que tal possibilidade volte a ser inscrita no futuro palestino. Um retorno cuja realidade extrapole todas as expectativas das normas e resoluções internacionais e que até agora não se imaginava possível. Para além da violência e da brutalidade, a consciência do ineditismo dos acontecimentos de outubro de 2023 será central para os palestinos daqui em diante, na reorganização das suas estratégias de resistência e no modo como imaginam seu futuro. A imagem da destruição da cerca de fronteira de Gaza por uma escavadeira palestina certamente ficará inscrita na imaginação coletiva,¹³ como uma demonstração de que aquilo que se apresentava como uma estrutura de dominação formidável e incontornável pode, afinal, vir a desabar.

Traço tais considerações sem qualquer ingenuidade a respeito da resiliência da dominação colonial e das possibilidades das populações nativas de fazer frente a ela, mas ciente da importância da imaginação como faculdade indispensável à ação política, especialmente a que leva a transformações radicais da realidade. Diante do constante esforço de apagamento ao qual estão sujeitos, vislumbrar um futuro livre da dominação colonial torna-se difícil para muitos palestinos, e sobreviver a um presente em constante deterioração toma a prioridade. A distorção da temporalidade indígena que é parte central da dominação colonial procura

12 Este era, inclusive, um dos objetivos declarados do Hamas com a operação.

13 Especialmente diante das imagens recorrentes das escavadeiras israelenses derrubando casas e arrancando oliveiras palestinas.

realizar a fantasia da sua própria eternidade e da impossibilidade de uma ruptura, de modo que a imaginação de outros horizontes é parte central da resistência anticolonial.

Os palestinos exercitam tal faculdade nos mais diversos campos, e vêm montando um verdadeiro arquivo do futuro com os muitos esforços de imaginação política que refletem sobre uma Palestina liberada. Quando tentam implementar o seu retorno, metafórica ou literalmente, esse futuro adquire materialidade, torna-se de algum modo tangível e aponta para algo novo, na medida em que se afasta da fixação no Estado-nação e recusa a reprodução dos mecanismos que se encontram no cerne da expropriação palestina. O horizonte de emancipação política, que é elaborado como crítica às estruturas de pertencimento intrínsecas a um Estado soberano, pode assim incluir o compromisso com uma verdadeira coabitação no sentido proposto por Judith Butler. Vale dizer, aponta para um futuro no qual não apenas Handala poderá retornar à sua terra, mas em que nenhuma outra criança será forçada a crescer em meio ao exílio e à despossessão.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **As origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BUTLER, Judith. The Compass Of Mourning. **London Review Of Books**, v. 45, n. 20, out. 2023.

_____. **Caminhos divergentes**: Judaicidade e crítica do sionismo. São Paulo: Boitempo, 2017.

CAMPOS, Geraldo Adriano de. **Por uma filosofia da espera e da permanência**: o tempo no cinema de Elia Suleiman e Kamal Aljafari. 2019. Tese (Doutorado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

FANON, Frantz. **A Dying Colonialism**. New York: Grove Press, 1994.

HADDAD, Toufic. **Palestine Ltd**: Neoliberalism and Nationalism in the Occupied Territory. London: I.B.Tauris, 2016.

HAWARI, Yara. Radical Futures: When Palestinians Imagine. **Al-Shabaka**, 24 mar. 2020. Disponível em: <<https://al-shabaka.org/commentaries/radical-futures-when-palestinians-imagine/>>. Acesso em: 15 jan. 2024.

HUBERMAN, Bruno. **A colonização neoliberal de Jerusalém após Oslo**: desenvolvimento, pacificação e resistência em Palestina/Israel. Tese (Doutorado em Relações Internacionais). Programa Santiago Dantas, PUC/UNESP/UNICAMP, São Paulo, 2020.

ISRAEL Gaza blockade study calculated Palestinians' calories. **Reuters**, 17 de Outubro de 2012. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-palestinians-israel-gaza/israel-gaza-blockade-study-calculated-palestinians-calories-idUSBRE89G0NM20121017/>>. Acesso em 15 de jan. 2024.

KHALIDI, Rashid. **"A Desperate Situation Getting More Desperate"**. Entrevista a *The Drift*, v. 11, 24 out. 2023. Disponível em: <<https://www.thedriftmag.com/a-desperate-situation-getting-more-desperate>>. Acesso em: 30.11.2023.

LLOYD, David. Settler Colonialism and the State of Exception: The Example of Palestine/Israel. **Settler Colonial Studies**, v. 2, n. 1, p. 59-80, jan. 2012.

OPHIR, Adi. **Power & Catastrophes**: Reflection on Immanence & Exteriority. *UMBRA: A Journal of the Unconscious*, 2011.

_____. **The politics of catastrophization**: emergency and exception. In: FASSIN, Didier; PANDOLFI, Mariella. *Contemporary states of emergency. The politics of military and humanitarian interventions*. Nova Iorque: Zone Books, 2010, p. 40-61.

SALAMANCA, O. J. et al. **Past is Present: Settler Colonialism in Palestine**. *Settler Colonial Studies*, v. 2, n. 1, p. 1-8, jan. 2012.

WOLFE, P. **Settler colonialism and the transformation of anthropology**: the politics and poetics of an ethnographic event. London : Cassell, 1999.

_____. **Settler colonialism and the elimination of the native**. *Journal of Genocide Research*, v. 8, n. 4, p. 387-409, 1 dez. 2006.